

VIOLÊNCIA DE GÊNERO: impasses e perspectivas metodológicas ^{1 2}

(Conferência publicada na obra colectiva *Serviço Social no Feminino*, Lisboa, CPIHTS, 1997)

Suely Souza de Almeida ³

A apreensão da dinâmica e do contexto da produção da violência de gênero e de sua gestão pública - tema que vem adquirindo centralidade crescente nos debates acadêmico e político *lato sensu*, nos mais diversos países - requer que se pensem em seu *locus* de enunciação, em suas formas de expressão e dissimulação, nos (as) interlocutores (as) disponíveis na cena pública e em instrumentos heurísticos apropriados.

No Brasil, trata-se de fenômeno cuja moldura institucional privilegiada é a delegacia policial - sobretudo em sua versão especializada para o atendimento a mulheres vítimas de violência - por se tratar da única política pública com implantação nacional, embora com características regionais bastante significativas. ⁴

Há que se analisar como os sujeitos que se confrontam com este problema constroem suas narrativas e que condições históricas permitem ou não a institucionalização de determinado discurso. Por se tratar de um campo ideológico, por excelência, é

¹ Apoio: CNPq - Brasil.

² Para maior aprofundamento do tema, ver também SAFFIOTI, Heleieth e ALMEIDA, Suely. **Violência de Gênero: poder e impotência**. Rio de Janeiro, Revinter, 1995. Este artigo é uma versão revista e condensada de texto da mesma autora, publicado no livro referido, posto que não contempla dados da pesquisa de campo realizada no Rio de Janeiro, incidindo, antes, sobre a problemática teórico-metodológica.

³ Professora da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, pesquisadora do CNPq junto ao GECEM - Gênero, Etnia, Classe: Estudos Multidisciplinares e ao GEDISST - Groupe d'Etudes sur la Division Sociale et Sexuelle du Travail (CNRS - Paris).

⁴ Cf. Saffioti & Almeida, *op. cit.* e Epistemologia, Estado y Políticas Públicas Dirigidas a la Mujer, das mesmas autoras, *in: Travesías ano 1, n° 1, Buenos Aires, out. 1993.*

fundamental que se ultrapasse - conquanto se o apreenda - este nível de análise, penetrando-se também nas práticas, ou seja, em relações de violência e poder, expressas em **cenários** conflituosas e em formas de mediação institucionais.

Assim, falas, silêncios, hesitações, imprecisões, a linguagem gestual, as diversas práticas, bem como, a identificação sistemática dos interlocutores reais e virtuais são ingredientes importantes para a compreensão do problema.

Um conceito que se mostra bastante fecundo para estudos que tematizam as relações indivíduo-sociedade e que permite ir além da análise de discurso é o de *habitus*, elaborado por Bourdieu. Segundo este autor: "... A sociedade existe sob duas formas inseparáveis: por um lado, as instituições que podem revestir a forma de coisas físicas, monumentos, livros, instrumentos etc.; por outro, as disposições adquiridas, as maneiras duráveis de ser ou de fazer que se encarnam nos corpos (e que eu chamo de *habitus*). O corpo socializado (aquilo que chamamos de indivíduo ou pessoa) não se opõe à sociedade: ele é uma de suas formas de existência." [...] "...o colectivo está dentro de cada indivíduo sob a forma de disposições duráveis, como as estruturas mentais" (Bourdieu, 1983, p. 24).

Bourdieu imprime ao seu conceito de *habitus* uma capacidade criadora, ou, em seus próprios termos, uma "potência geradora", conferindo-lhe historicidade: é o que foi sendo adquirido pelos indivíduos, ao longo de suas trajetórias, apresentando-se "sob a forma de disposições permanentes". Chama atenção para o fato de que assume a aparência de algo inato, embora, de fato, não o seja. O *habitus* tem implantação histórica, mas guarda autonomia relativamente às suas determinações imediatas. Sua necessidade contínua de reatualização (leia-se ajustamento, adaptação) pode engendrar mudanças duráveis, dentro de contornos bastante precisos.

Bourdieu (1983) constrói também o conceito de *habitus linguístico* - uma dimensão particular do *habitus*, de interesse para este trabalho no que tange à análise de discurso -, que consiste em um discurso ajustado a uma situação - mercado ou campo. O aprendizado da linguagem, de acordo com este autor, não se faz prescindir do

conhecimento das condições de sua aceitabilidade em circunstâncias determinadas, o que configura o **mercado lingüístico**.⁵ As pessoas tendem a empregar o discurso que lhes faz auferir maior lucratividade no campo em que se situam.

Encontra-se presente, portanto, a perspectiva da **negociação**, o que não significa, no entanto, a inexistência de **relações de força lingüística**, empregadas em condições nas quais "...o locutor autorizado tem uma tal autoridade e tem a seu favor de tal forma a instituição, as leis do mercado, todo o espaço social, que pode falar para não dizer nada, porque, de todas as maneiras, fala-se" (Bourdieu, 1983, p. 97). Esta situação privilegiada tem a seu favor aqueles que conseguem mobilizar maior parcela de poder, podendo utilizá-la, em determinado **campo**, para manipular informações, favorecer a realização de práticas discricionárias e minar a possibilidade de reivindicação de direitos.

Trabalhando o conceito de **campo**, este autor o " (...) define, entre outras coisas através da definição dos objectos de disputas e dos interesses específicos que são irredutíveis aos objectos de disputas e aos interesses próprios de outros campos (...) e que não são percebidos por quem não foi formado para entrar neste campo" (p.89). O funcionamento de um campo está, pois, condicionado à existência de objectos a serem disputados, bem como de *parceiros* para o jogo. Tais *parceiros*, possuidores de **habitus** que possibilita a identificação das regras do jogo e dos *objectos de disputa*, constituem relações de antagonismo/aliança, imprescindíveis à garantia da continuidade do jogo. Coloca-se, portanto, a convergência de interesses de pessoas que estão actuando em seu âmbito - interesses fundamentais à existência do próprio **campo**. Seu corolário é a cumplicidade permeando os antagonismos, na medida em que a configuração do **campo** é legitimada, mesmo de forma não consciente, pois o próprio fato de se entrar no jogo implica o reconhecimento do seu valor.

⁵ O mercado lingüístico caracteriza-se pela existência de receptores capazes de avaliar um discurso e conferir-lhe um preço.

Este conceito parece importante para se entender a delegacia policial como um **campo** para o qual convergem antagonismos de diferenciados sectores: da corporação policial, do partido político que está representado no Governo, do meio académico com interesse neste **campo**, dos movimentos sociais, sobretudo os feministas, das mulheres vítimas de violência, dos agressores_. Deve-se levar em conta, ainda, a heterogeneidade interna de cada um desses segmentos, e suas relações de aliança/luta, reactualizadas conjunturalmente. São sujeitos que disputam o **campo**, tentando preservá-lo ou alterá-lo do ponto de vista programático, isto é, em sua facticidade, sem, contudo, colocar em xeque seus fundamentos e a importância de se participar do jogo.

O estudo da violência de gênero denunciada em delegacias policiais dá margem, portanto, a dois tipos de estudo, que se entrecruzam: sobre o contexto de produção e reprodução desta forma de violência, tendo como *locus* privilegiado de investigação a família ⁶, e sobre a instituição policial, enquanto **campo** de enunciação e mediação desta forma de violência. Investigações nesse domínio devem levar em conta a configuração deste **campo**, ou seja, seu *locus* de realização é uma instituição cuja função precípua consiste em coibir a exacerbação de relações de forças já capturadas, na letra da lei, como crimes, sem, no entanto, pretender alterar seus vectores.

Ainda que se esteja no plano do discurso - o **legal** - , sabe-se que este adquire materialidade na medida em que, por ser público, é passível de controle social e, portanto, exerce, no mínimo simbólica e potencialmente, pressão sobre quem requer ou se vê compelido a submeter-se à sua mediação.

No **imaginário social** prevalece a concepção de que a violência conjugal incidente sobre mulheres deve ser equacionada no âmbito familiar, cabendo à polícia tão somente impor-lhe limites repressores, que não firmam esta premissa. Em se tratando de

⁶ A maioria absoluta das formas de violência de gênero denunciadas em delegacias policiais do Rio de Janeiro refere-se à violência doméstica. Este dado é coerente com estudo oficial realizado no Brasil, em âmbito nacional, sobre justiça e vitimização (cf. Saffioti & Almeida, 1995, *op. cit.*).

lesões corporais, está-se diante de crime de acção pública, reclamando, portanto, a intervenção policial segundo parâmetros legais, independentemente da explicitação da vontade da vítima. No entanto, o **imaginário** torna-se mais real do que a ordem jurídico-policial formalmente instituída, contribuindo para imprimir uma racionalidade própria às acções policiais e às relações estabelecidas com protagonistas de relações de violência. Assim, a utilização de mecanismos informais para o enfrentamento da violência de gênero adquire materialidade e passa a substituir, freqüentemente, o Registro de Ocorrência, com a aquiescência dos envolvidos. A reprodução, em larga escala, da mediação do conflito pela via informal tende, por seu turno, a sedimentar tais concepções presentes no imaginário social.

Alterações no plano dessas práticas, com a criação de delegacias especializadas no atendimento a mulheres, sem a correspondente mudança no imaginário, conduzem à reapropriação de símbolos, conferindo-lhes nova plasticidade, mas reproduzindo virtualmente seus efeitos. O longo excerto transcrito a seguir é elucidador do que se vem afirmando. "A instituição é uma rede simbólica, socialmente sancionada, onde se combinam em proporções e em relações variáveis um componente funcional e um componente imaginário. A alienação é a autonomização e a dominância da instituição relativamente à sociedade. Esta autonomização da instituição exprime-se e encarna-se na materialidade da vida social, mas supõe sempre também que a sociedade vive suas relações com suas instituições à maneira do imaginário, ou seja, não reconhece no imaginário da instituição seu próprio produto" (Castoriadis, 1982, p. 159-160). O **imaginário**, portanto, possui uma função social, na medida em que concorre para contornar determinados problemas colocados em dado contexto histórico.

Penetra-se, dessa forma, em dois terrenos - família e polícia -, que se tomados de *per se* já seriam arenosos, em se tratando do estudo de suas inter conexões, complexifica-se ainda mais, revelando como axial a definição estratégica da amostra e de técnicas de pesquisa. E importante se capturarem as duas instituições em relevo em suas

singularidades e cotidianidade, sem permitir sua subsunção a questões macro-estruturais, embora estejam a estas decisivamente conectadas. Transita-se entre os discursos e o *habitus* - o *habitus* policial/institucional, o de classe/gênero - optando-se, freqüentemente, por utilizar o conceito de **fala**, elaborado por Barthes (1993), para designar "... toda a unidade ou toda a síntese significativa, quer seja verbal ou visual..." (p. 133).

A utilização de fontes primárias tão-somente e a imersão no dia-a-dia da instituição policial, com vistas à aproximação com famílias que publicizam a violência vivenciada,⁷ é tarefa marcada por forte dose de ambigüidade.

Da óptica dos policiais, seu *consentimento* em se tornar objecto de investigação é inédito, habituados que estão a serem os agentes, por excelência, das inquisições e diligências - tanto das autorizadas e reclamadas socialmente (fala-se aqui, genericamente, do combate à criminalidade), quanto das suspeitadas mas irreveláveis (relativas à polícia política) - sempre transformando a matéria-prima das suas acções ordinárias de consumo público - violência - em motor a impulsionar suas próprias acções.

No que tange às vítimas, a ambigüidade integra sua forma de emersão no plano público, enquanto sujeito expectante de direitos, mediatizadas que estão pela figura masculina. De fato, seu estatuto de esposa e mãe sobrepuja o de cidadã. Denunciar a violência e ir às últimas conseqüências possíveis no plano jurídico-formal e manter-se como referência familiar central, num contexto onde a baixa auto-estima e a culpabilização são prevaletentes, são tarefas tendencialmente irreconciliáveis.

(...). É fora de questão que o medo paralisa não só o corpo, mas embaralha o conhecimento do seu objecto (Mathieu, 1985). Não se chega a afirmar, como o faz esta autora, que o medo engendra o não-conhecimento, mas, certamente reduz a possibilidade de distanciamento do contexto que o produz, ofuscando a capacidade de reapropriação e

⁷ Trata-se de um processo investigativo substantivamente mais oneroso e moroso do que a consulta a fontes secundárias, mas que a este suplanta, no que tange à possibilidade de aprofundamento do estudo do objecto proposto e de garantia de uma óptica coerente com o referencial teórico adoptado.

releitura do mesmo de uma perspectiva crítica. E é esta a condição que as unifica - todas passam por situações de medo e isolamento acentuadas. Mas é também este elemento que, paradoxalmente, as impulsiona a buscar ajuda e a publicizar mais do que fatos - sentimentos. A construção das suas falas é permeada por baixa auto-estima e pela luta por reconstituírem o auto-respeito e, assim, não se demitirem de si próprias (Mathieu, 1985). Este elemento unificador, no entanto, não ofusca a singularidade e a riqueza das suas experiências.

O registro dos seus depoimentos representa momento único de tirar do anonimato a memória de pessoas exploradas-dominadas ao longo de suas trajetórias e, portanto, historicamente silenciadas, no plano público, posto que, em não dispo de poder (na linha dos eixos fundamentais que estruturam a vida social: classe, gênero e raça/etnia) e em não estando, tendencialmente, organizadas do ponto de vista político, essas **memórias subterrâneas** expressam-se tão-somente em estruturas informais de comunicação (Pollak, 1989).

Quanto aos agressores, o comparecimento à delegacia é momento de hegemonização do **seu** sentido à violência praticada, em circunstâncias favorecedoras à produção da sua fala, dado o carácter androcêntrico da instituição policial.

Suas informações são recorrentes em dupla dimensão: no sentido de culpabilizarem as mulheres pela violência por eles praticada e, como corolário, de se vitimizarem e, assim, obterem apoio institucional, com a chancela da impunidade consentida. E, pois, falaciosa a tentativa de se superdimensionar a amostra deste segmento, na perspectiva de se obterem de uma categoria dominante (do ponto de vista das relações de poder) informações referentes aos mecanismos de exploração-dominação utilizados. Antes, é fundamental entender como aqueles que protagonizam cotidianamente relações de violência e são detentores de maior parcela de poder relativamente aos seus contendores exercitam a busca de justificativas ideológicas capazes de assegurar o des-conhecimento

dos mecanismos utilizados para a reprodução gradativamente ampliada de sua posição, pois é desse des-conhecimento que retira as bases de legitimação do seu poder (Mathieu, 1985).

Considerando que a imersão no cotidiano institucional revela, tendencialmente, ambiguidades entre discursos e práticas, é necessário se perseguir o esquadramento deste complexo campo de investigação, diversificando-se as (os) informantes, as técnicas de colecta de dados e optando-se por critérios sociológicos - e não estatísticos - para o dimensionamento das amostras.

O conceito de **ponto de saturação**⁸, elaborado por Bertaux (1990) parece ser bastante útil como critério de validação dos dados. Embora se estime, inicialmente, a amostra com a qual se trabalhara, quando da elaboração de um projecto de pesquisa, o desenrolar do processo é determinante na definição de sua real dimensão. Não se está afirmando, contudo, que a definição do **ponto de saturação** ocorre a partir da observação empírica, mas da análise das implicações que o movimento das evidências indica. À desconstrução dos dados, ancorada nos instrumentos heurísticos disponíveis, segue-se a reconstrução de representações acerca do objecto de estudo. (Bertaux, 1990)

Em nossa experiência, conjugamos entrevistas semi-estruturadas, histórias de ficção, observações participantes e reconstituição de histórias de vida.⁹

As entrevistas semi-estruturadas podem ter roteiros diferenciados, contendo questões padronizadas para os vários segmentos, deixando margem, entretanto, para a livre expressão das (os) entrevistadas (os). Quando realizadas em delegacias policiais, com vítimas de violência, podem captar e, *pour cause*, ser nuançadas pelo calor da emoção, no momento de efectivação da denúncia da agressão sofrida. É uma primeira aproximação, que ocorre a partir da queixa formulada, podendo-se recuar no tempo no sentido de se

⁸ A saturação é o fenómeno pelo qual, transcorrido um certo número de entrevistas (biográficas ou não), o investigador ou a equipe tem a impressão de não aprender mais nada de novo, pelo menos no que concerne ao objecto sociológico da pesquisa.

⁹ As técnicas de recolha de dados podem ser bastante variadas, desde que guardem coerência entre si e tenham real significação em relação à abordagem teórica da qual se parte.

apreender sua história de violência. A entrevista é realizada em um **campo** alheio, podendo ter carácter fundamentalmente instrumental para a mulher: representa o reforço à denúncia; é o registro do que foi, anos a fio, silenciado; é a violação do interdito; pode ser uma ameaça a mais para o agressor. A iniciativa da procura à instituição parte da mulher, no momento em que ela decide romper o isolamento.

Instrumento complementar mas fundamental à viabilização das entrevistas é a história de ficção, produzida em uma ou mais versões, com personagens que tenham inserções de classe, gênero e etnia diferenciadas. O recurso às histórias é utilizado no momento avaliado pela (o) entrevistadora (or) como o mais adequado para relaxar resistências e fazer fluir a narrativa. O movimento de distanciamento/aproximação, identificação/diferenciação com o relato ficcional permite desencadear reflexões sobre a própria trajetória de vida. Objectivando não direccionar o olhar da (o) entrevistada (o), mas suscitar questões, as histórias funcionam como contra-referentes que permitem matizar a temática, da óptica da (o) observadora (or).

A técnica de observação participante para análise do cotidiano das relações institucionais favorece o desvendamento do contexto de produção das falas, na intenção de suplantá-las, re-construí-las e re-significá-las.

Há que se qualificarem a observação e a participação. A primeira é sistemática, registrada cotidianamente e direccionada a partir de problematizações que derivam do entre jogo das indagações teóricas e das observações empíricas. Direcção que não aprisiona o olhar, mas orienta-o a desvendar aspectos significativos, a ouvir a linguagem simbólica, a descobrir os conflitos, os temas ausentes discursivamente, mas presentes na mediação da relação com as (os) observadoras (es), enfim, a atribuir significados a um universo normalmente intocado por observadores externos.

Na medida em que esse olhar é treinado para o exercício do estranhamento, da dúvida, da indagação, ele é criativo - e também intuitivo - , mas não empiricista. Sendo

registrado sistematicamente, ele é colectivizado, pois cotejado com outros olhares, que são debatidos e compartilhados pela equipe de pesquisa.

A participação deve ocorrer estrategicamente a partir do espaço menos hostil¹⁰, na medida em que a inserção da equipe de pesquisa nas delegacias é polarizada por concepções e sentimentos antagônicos, informada pela análise dos sujeitos relativamente ao campo temático. Sem dúvida, o potencial de empatia das entrevistadoras com mulheres vítimas de violência é tendencialmente maior do que com agressores e policiais.

Quando se lida com grupos de difícil abordagem, como o de agressores, é importante que a equipe de pesquisa **negocie o campo**, deslocando-o, eventualmente, para outro espaço, mudando-se, por vezes, o interlocutor, de forma que se contribua para minar parcialmente as resistências oferecidas e favorecer a emergência da empatia. Dessa forma, procura-se não utilizar **categorias de acusação totalizadoras** (Velho, 1987, p.60), que comprometam a identidade dos entrevistados, notadamente dos agressores e policiais, como um todo. Embora **agressor** não seja categoria neutra, os homens que cometem violência contra mulheres são reconhecidos e enquadráveis institucionalmente nessa condição e seria falacioso não admiti-lo. No entanto, o fato de conceber-se a violência como uma relação entre sujeitos co-partícipes dá margem à não-absolutização e reificação desta categoria, possibilitando a análise do contexto de produção da violência e, sobretudo, a não-matização do conhecimento por estereotípias.

Nesta concepção de processo investigativo, as dimensões da observação e participação são, portanto, substantivas e a intersubjetividade comparece como elemento indissociável da produção de conhecimentos, na medida em que interfere na direcção dos **olhares**, nas **expressões valorativas** e nas **mediações simbólicas**. É importante que este elemento seja não só reconhecido, mas objecto de análise sistemática, posto que, se é

¹⁰ No caso do Rio de Janeiro, a participação se deu através do Serviço Social - espaço legitimado institucionalmente, por movimentos organizados da sociedade civil, especialmente o feminista, e pela população usuária.

impensável atingir-se a objectividade e neutralidade científicas, persegue-se o máximo de objectividade subjectivamente possível (Goldmann, 1984).

O exercício de distanciamento e estranhamento, imprescindível à postura investigativa, baliza, a nosso ver, a inserção em campo, por mais familiares que as relações travadas pelo actores institucionais possam parecer. " O processo de estranhar o familiar torna-se possível quando somos capazes de confrontar intelectualmente, e mesmo emocionalmente, diferentes visões e interpretações existentes a respeito de fatos, situações" (Velho, 1987, p.131). Tal confronto viabiliza-se pela qualificação permanente da equipe, através de estudos dirigidos, seminários e análises colectivas dos dados, bem como, pela possibilidade de expressão das percepções e sentimentos dos membros da equipe no espaço das supervisões.

Na relação entre a equipe de pesquisa e (as) os entrevistadas (os), confrontam-se visões de mundo, projectos e formas de inserção sociais diferenciados. Trata-se, portanto, de relações assimétricas, nas quais podem se reactualizam relações de forças (Brioschi e Trigo, 1992, p. 34), mas que podem representar também momentos de encontro entre sujeitos diferentes, capazes de compartilhar emoções, sentimentos, reflexões e reconstituir os fios de narrativas que ainda não se impuseram à historiografia oficial.

Este é o contexto no qual os sujeitos produzem suas falas de convencimento sobre sua condição de vítima (tenham sofrido, de fato, ou praticado a agressão). Lançam mão, sem dúvida, do mecanismo de antecipação, pelo qual se colocam no lugar do interlocutor e tentam responder às suas expectativas. Para tanto, analisam e intuem o campo no qual estão intervindo, suas relações de força, as possibilidades de aliança, as possíveis margens onde podem penetrar, os pontos de resistência. Esta é uma atitude que *só* acontecer nas mais diferenciadas circunstâncias, vividas pelos mais distintos sujeitos, não sendo, pois, apanágio das vítimas e agressores. Em relação às primeiras, seria impensável não fazê-lo, na medida em que se lida com uma instituição hostil às suas demandas, em que ousam tentar conjugar emoção e repressão, no *locus* privilegiado de enunciação da

segunda. O **campo** é constitutivo das condições de produção da fala, marcando-a de forma indelével.

A reconstituição de histórias de vida de vítimas de violência ocorre, preferencialmente, em suas residências. Em relação às entrevistas semi-estruturadas, realizadas em delegacias policiais, altera-se não só a temporalidade, mas o campo; mudam, radicalmente, as condições de produção discursiva. É uma abordagem em termos biográficos, realizada no próprio **campo** da vítima, suplantando o tema da violência que, contudo e de forma não episódica, obstina-se em não deixar a cena. A entrevista pode apresentar também um carácter instrumental para a mulher, em circunstâncias nas quais persiste a relação violenta originária, representando, assim, uma pressão virtual sobre o agressor. Mas não é este o tom dominante; antes, é um momento de partilha, de valorização do singular, de reconhecimento no colectivo.

Assim, as falas sobre relações de exploração-dominação são diferencialmente produzidas e apropriadas por pessoas, grupos, categorias e fracções de classe, de acordo com sua inserção no conjunto de forças em disputa na sociedade.

Seja qual for o contexto, são momentos de emergência de (re) sentimentos que por anos a fio se tentaram driblar e ofuscar; oportunidades em que, eventualmente, se rompem fronteiras erguidas, aparentemente de forma sólida, entre o dizível e o indizível, por não se conseguir deter, a tempo, o curso do pensamento e das emoções. Permanecem certamente, "zonas de silêncio", de forma recorrente, notadamente no que tange a temas interditos, como a sexualidade, embora persista sua evocação tangencialmente, porque fundantes e estruturadores de relações de violência. Como observa Olievienstein (1988), "... a linguagem se condena a ser impotente porque organiza o distanciamento daquilo que não pode ser posto à distância. É aí que intervém, com todo o poder, o discurso interior, o compromisso do não-dito entre aquilo que o sujeito se confessa a si mesmo e aquilo que ele pode transmitir ao exterior" (*Apud* Pollak, 1989, p. 8).

Ao se voltarem para a reconstituição das suas histórias singulares, as mulheres empreendem uma viagem de volta a domínios longínquos da sua memória, retirando da experiência vivida, relatos permeados de dramaticidade, emoção, fantasia, nostalgia - enfim, um amálgama de fatos e sentimentos que constroem a narrativa. Dispõem das suas histórias e daquelas vividas ou relatadas por pessoas com as quais privaram e que deixaram marcas em sua memória. Obviamente, não a (s) exaurem. Ao revelar fragmentos significativos da sua trajetória à (ao) entrevistadora (or), a mulher transgride, com aquela, a engrenagem contemporânea que levou ao esquecimento e à perda da arte de contar histórias, isto é, de trocar experiências (Benjamin, 1983). Não se trata, entretanto, de reviver o passado no sentido bergsoniano (Bergson, 1984)¹¹. Trata-se, antes, de re-visitá-lo e re-construí-lo com o olhar do presente, matizado por representações e experiências acumuladas, inscritas em condições dadas. Uma história, em especial a da própria vida (ou melhor, de seus fragmentos selectivamente apresentados e significados) é sempre recontada, a partir de contornos postos por circunstâncias determinadas: o público (presente de forma explícita ou não), o local, a época etc. Para Halbwachs (1990), "A lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, e além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifestou-se já bem alterada" (p.71). O passado não é fixo nem tampouco organizado; daí sua evocação fluida e prenhe de contemporaneidade para a narrativa. Não é, pois, a voz do passado emergindo (Thompson, 1992), mas a do presente, que recodifica vivências pretéritas com lentes actuais, mesclando, portanto, diferentes dimensões temporais. Ao deixarem fluir suas narrativas, que, por sua própria natureza, são

¹¹ Bergson distingue dois tipos de memória: a memória-hábito e a memória-recordação. A primeira, constituída no e pelo processo de socialização, representa formas de manifestação do passado no presente e mescla-se com percepções actuais, condicionando a reprodução de automatismos adquiridos ao longo de uma trajetória de vida. A segunda, a *mémoire-souvenir* - a verdadeira memória, revive o passado, sob a forma de imagens, abstraindo-se do presente. Isto é possível porque o passado é conservado por inteiro, sendo evocado sob a forma de lembranças ou sobrevivendo de forma inconsciente (Bergson, 1984; Bosi, 1979).

inconclusas, únicas e irretocáveis no ato de sua realização, (diferentemente de outras actividades), as mulheres restauram e reactualizam estereótipos, ambiguidades, desejos socialmente construídos. Portanto, ocorre a superposição, no mesmo relato, de várias narrativas, que se entrecruzam no imaginário social, embora a (o) narradora (o) o conceba de um prisma meramente singular. Como afirma Halbwachs (1990, p. 52), "...do mesmo modo, como a lembrança aparece pelo efeito de várias séries de pensamentos colectivos em emaranhados, e que não podemos atribuí-la exclusivamente a nenhuma dentre elas, nós supomos que ela seja independente, e opomos sua unidade a sua multiplicidade". É do contexto da experiência - individual e colectiva - que as fantasias, por ventura existentes, tornam-se possíveis, os silêncios e evasivas adquirem significados, imbuídos de forte simbolismo. E são estes contexto e simbolismo que importa reter, razão pela qual, a veracidade dos relatos não se constitui em preocupação metodológica deste trabalho.

Neste sentido, não se utiliza a distinção proposta por Bertaux (1980) entre história de vida e relato de vida¹², termo este que designa a história de uma vida tal como narrada pela pessoa que a vivência, diferentemente do primeiro que a engloba, ultrapassando-o, posto que compreende também o estudo de outras fontes acerca da (s) pessoa (s) sobre a (s) qual (is) se empreende um estudo de caso -, pois considera-se que se está lidando sempre com a história perspectivada, ainda que se utilizem documentos oficiais.

Trata-se, de fato, de requalificar a noção de credibilidade dos dados. Importa reter a reapropriação - com suas ambiguidades, (in) coerências, (in) certezas - das vivências de acontecimentos significativos e a sua tradutibilidade sob a forma de reminiscências. O

¹² Kofes (1992:2) estabelece distinção entre história de vida e estória de vida, a qual não se considera a mais apropriada. Refere-se esta autora à classificação estabelecida por Bertaux - *histoire de vie* e *récit de vie* -, que, por sua vez, inspira-se em Denzim (1970), que diferencia *life history* de *life story*. Actualmente, "recomenda-se apenas a grafia história, tanto no sentido de ciência histórica, quanto no de narrativa de ficção, conto popular e demais acepções." (conforme FERREIRA, Aurélio B. de H. Novo dicionário da língua portuguesa. 2^a ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986).

que está em questão é sua força simbólica, não anulada - ou sequer reduzida - pela imprecisão do relato factual. Não obstante, as contradições identificadas nos relatos, ao invés de serem ignoradas, constituem-se em indicadores a desafiarem a capacidade analítica das (os) pesquisadoras (es).

Os dados não têm, por si sós, força explicativa, devendo ser desconstruídos e reconstruídos, a partir de instrumental heurístico apropriado. Como não se pretende hipostasia-los, conferindo-lhes existência própria, cabe à equipe de pesquisa o complexo trabalho de reconstituição de significados, o que implica tornar o pensamento do outro e o contexto do qual emergiu sua produção, matéria-prima do pensamento da (o) própria (o) analista, por sua vez, situada (o) em um campo epistemológico, no qual se dá a interlocução de diversas correntes de pensamento.

Ao aceitar relatar sua história, a mulher consente em romper o isolamento e imergir em um processo de reflexão sobre o passado e o presente, contribuindo para dar visibilidade aos contornos da violência que grassa universalmente e ajudando a reescrever a **crônica da família** (Bosi, 1983) - não daquela idealizada e sacralizada, mas das famílias reais, errantes, estilhaçadas, lugares de afeto/ódio, solidariedade/violência. Ressignifica, assim, sua condição de ser histórico, posto que sua memória adquire **função coletiva** (Halbwachs, 1990).

(...)

(...)

(...) Entretanto, nem sempre incluem a dimensão do futuro em suas histórias, pois não conseguem mais sonhar, na perspectiva empregada por Benjamin: "No sonho, em que ante os olhos de cada época aparece em imagens aquela que a seguirá, esta última comparece conjugada a elementos da proto-história..." (1985, p. 32). Isto porque Benjamin refere-se ao **sonho colectivo**, que supõe a construção de sujeitos históricos.

Não se crê, contudo, ser possível, como desejava Benjamin (1983, p. 66), estabelecer uma relação ingênua entre ouvinte e narrador, baseada tão-somente no interesse em reter a narrativa, conseguindo o ouvinte desarmar-se totalmente no sentido de desprender-se de si mesmo e entregar-se apenas à narrativa (*Ibid.* p. 62).

De fato, se está diante de um **campo** de interconexão de falas. Pensa-se que estas não são auto-referentes, como afirma Gregori (1989), ao analisar falas de vítimas produzidas no ato de queixa de violência: "A queixa é uma fala monologar, pronunciada para produzir escuta. Guarda essa semelhança com a confissão. Ambas, também, são falas auto-referentes e que trazem como tema a culpa" (p. 168). As falas são construídas num processo: toda fala toma outras como matéria-prima e aponta para outras falas (Orlandi, 1988). No cenário em análise, confrontam-se pessoas situadas diferencialmente no eixo das relações sociais antagônicas e, portanto, capazes de mobilizar parcelas desiguais de poder.

Dessa forma, as falas de pessoas dotadas de determinado *habitus* são formuladas a partir do **investimento** em um **campo** dado. É Bourdieu (1983) também quem define **investimento**: "...é a tendência à acção gerada na relação entre um espaço de jogo que coloca certas questões em jogo (o que chamo de campo) e um sistema de disposições ajustado a este jogo (o que chamo de *habitus*), sentido do jogo e das questões em jogo que implica ao mesmo tempo na tendência e na aptidão para jogar o jogo, a ter **interesse** no jogo, a nele se envolver" (p.28).

Espera-se que aquelas que são, simultaneamente, objectos de disputa do **campo** em análise e vítimas das mais graves consequências desse jogo não se restrinjam a acolher um certo *habitus* já consagrado (de classe, de gênero, institucional etc.), mas possam negociar colectivamente o **campo**, de forma a reelaborar regras e definir novas **estratégias de investimento**, reconstruindo e publicizando **falas** que impulsionem o processo de construção de relações sociais igualitárias.

Referências Bibliográficas

- ARRUDA, Maria A. do N. **Metodologia da mineiridade: o imaginário mineiro na vida política e cultural do Brasil.** São Paulo, Brasiliense, 1990.
- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem.** 5ª ed. São Paulo, Hucitec, 1990.
- BARTHES, Roland. **Mitologias.** 9ª ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1993.
- BENJAMIN, Walter. **Coleção Grandes Cientistas Sociais.** nº 50. Organiz. por Flávio R. Kothe. São Paulo, Ática, 1985.
- _____. O Narrador. *In:* BENJAMIN, W; HORKHEIMER, M.; ADORNO, T.W.; HARBERMAS, J. **Os Pensadores.** São Paulo, Abril Cultural, 1983.
- BERGSON, Henri. *Contos, conferências e outros escritos.* **Os Pensadores.** São Paulo, Abril Cultural, 1984.
- BERTAUX, Daniel. *L'Approache Biographique: La validité methodologique, ses potentialities.* *In:* **Cahiers Internationaux de Sociologie**, volume LXIX, Nouvelle Série, 27^{ème} année, jui-déc. 1980, Presses Universitaires de France, Paris; pp.197-225.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos.** São Paulo, T.A. Queiróz, 1979.
- BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia.** Rio de Janeiro, Marco Zero, 1983.
- BRIOSCHI, Lucila R. & TRIGO, Maria Helena B. *Interação e Comunicação no Processo de Pesquisa.* *In:* LANG, Alice B. da S.G. (org.). **Reflexões sobre a**

pesquisa sociológica. São Paulo, CERU nº 3, Coleção Textos, 2ª série, 1992.
pp.30-41.

GREGORI, M. Filomena. *Cenas e Queixas: mulheres e relações violentas.* São Paulo, **Novos Estudos Cebrap** nº 23, março de 1989.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo, Vértice, 1990.

KOFES, Suely. **Experiências sociais, interpretações individuais: histórias de vida, suas possibilidades e limites.** XVI Encontro Anual da ANPOCS, GT Relações Sociais de Gênero, Caxambu - MG, 1992.

MATHIEU, Nicole Claude. *Quand céder n'est pas consentir.* In: MATHIEU, N.C. et alii. **L'Arraisonement des Femmes: Essais en anthropologie des sexes.** Editions de l'Ecole des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, 1985.

ORLANDI, Eni P. **Discurso e leitura.** São Paulo, Cortez, 1988.

POLLACK, Michel. *Memória, esquecimento, silêncio.* In: **Estudos Históricos,** Rio de Janeiro, v.2, n.3, 1989. pp.3-15.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. & ALMEIDA, Suely S. de. *Epistemologia, Estado y Políticas Públicas Dirigidas à la Mujer.* In: **Travesias,** ano 1 nº 1, Buenos Aires, Documentos del CEGYM, out. 1993, pp. 43-53.

_____. **Violência de Gênero: poder e impotência.** Rio de Janeiro, Revinter, 1995.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

VELHO, Gilberto. **Individualismo e cultura.** 2.ed. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1987.

